Propaganda política estatal: comparando ditaduras

Jorge Ferreira [1]

Maria Helena Rolim Capelato. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo, Papirus, 1998.

Muitas vezes, centrados em suas especializações, os historiadores não percebem que as experiências de outras sociedades, por vezes muito próximas de seu objeto de estudo, podem enriquecer sua análise, ampliado e sofisticando sua percepção do passado. Não sem razão Marc Bloch, há décadas atrás, sugeriu as vantagens do método comparativo em História.

Maria Helena Rolim Capelato, Professora Livre-Docente do Departamento de História da Universidade de São Paulo, embarcando nestas águas, traz a público *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*, livro publicado pela editora Papirus. Seguindo as indicações de Bloch ao comparar experiências históricas que ***podem*** ser comparadas, ela recupera a propaganda política estatal na época do Estado Novo brasileiro (1937-1945) e do governo peronista argentino (1945-1955). Inspirados nas práticas nazistas e fascistas européias, os regimes autoritários no Brasil e na Argentina procuraram, através da propaganda veiculada nos meios de comunicação, da educação e da produção cultural, conquistar o apoio popular. A autora, portanto, se propôs a elaborar uma reflexão nada modesta: recuperar as ideologias dominantes nos governos de Vargas e Perón, analisando a maneira como eles se autopromoveram e exaltaram a si mesmos, mas, e ao mesmo tempo, apontando para as similitudes e diferenças na produção, veiculação, amplitude e repercussão da propaganda política estatal presentes nos dois regimes.

Inicialmente, Maria Helena Capelato recusa interpretações, ainda bastante correntes, que definem os dois governos como "populistas". Em vez de teorias generalizantes, baseadas muitas vezes em ensaios de duvidosa sociologia, a autora prefere a prática da pesquisa do historiador, privilegiando, assim, as particularidades nacionais e os recortes mais específicos. Recusa, também, determinados modismos, como o que, abusivamente, definiu aqueles regimes como "totalitários".

---

1. Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Outra sinalização teórica da autora foi a de estabelecer os próprios limites de atuação e eficácia de seu objeto de estudo: a propaganda política estatal. Diversamente de outros estudos que elegeram o tema como o principal fator explicativo do apoio dos trabalhadores a governos autoritários, Maria Helena Capelato, com prudência, relativiza o poder manipulador da mídia oficial. Em outras palavras, historicamente não se compreendem o varguismo e o peronismo sem a propaganda de caráter político. Trata-se de tema central no estudo desses regimes e que não pode ser desconhecido.

No entanto, é necessário considerar que, nas experiências argentina e brasileira, como em outras, trata-se de uma relação em que há partes envolvidas: em uma dimensão, o produtor das mensagens exaltantes do Estado; em outra, o receptor delas. Aquele que recebe as informações não é um agente passivo, inerte, cuja mente está aberta para aceitar qualquer coisa que venha "de cima". Para a autora, os efeitos das mensagens dominantes podem ser múltiplos e os desvios, reinterpretações, reformulações, e mesmo as recusas, devem ser observados. Maria Helena Capelato, portanto, pode ser incluída em um grupo de historiadores qualificado de "revisionista", porque se nega a aceitar que o sucesso popular do varguismo e do peronismo se explique apenas pela conjugação de duas modalidades de violência: a física, com a repressão policial, e a simbólica, com a propaganda política, vitimizando, conseqüentemente, os trabalhadores. Como historiadora experiente e talentosa, ela nos ensina que a História exige reflexões mais refinadas e complexas, que as coisas não são tão simples como parecem ser.

O livro, em edição finamente acabada e fartamente ilustrada com imagens da época, a maioria a cores, nos leva a conhecer os múltiplos recursos de que se serviram Vargas e Perón para se autopromoverem. No caso brasileiro, Maria Helena Capelato serviu-se de biografias do presidente, memórias, textos políticos, discursos, livros de apologia ao regime, obras de natureza teórica produzidas pelos ideólogos do governo, material didático para estudantes, revistas, além de cinejornais, filmes de ficção, pinturas, esculturas, programas de rádio, novelas, músicas, medalhas, hinos e bandeiras.

Os argentinos, por sua vez, recorreram a material similar, mas com certas particularidades. Comparado ao caso brasileiro, o texto escrito foi menos valorizado permitindo que a ditadura vizinha recorresse mais a ilustrações, revistas e álbuns comemorativos, sempre em abundância. Emblemas, escudos, bandeiras e cartazes igualmente foram recursos muito mais usados que no Brasil. Embora também utilizasse textos impressos, o peronismo, diversamente do varguismo, atuou sobretudo pela imagem iconográfica e não tanto pelo material escrito. Assim, comparada com a do peronismo, a simbologia de exaltação do Estado Novo foi bem mais modesta, particularmente no plano das imagens, permitindo que os argentinos sobressaíssem na propaganda ilustrativa. No caso das festas cívico-esportivas, ambos recorreram ao figurino nazi-fascista, mas sem o mesmo brilho e grandiosidade.

Os resultados de pesquisa não deixam dúvidas no leitor: a máquina propagandística estatal argentina foi, de longe, superior, mais complexa e produtiva que a dos brasileiros. Segundo Capelato, Perón chegou à presidência

com amplo apoio sindical e popular, contrariando interesses dominantes. Sofrendo forte oposição das elites políticas e empresariais, o líder argentino recorreu aos trabalhadores para ampliar a base de legitimação do regime, daí o vigor da propaganda política de exaltação ao seu governo. Vargas, diversamente, subiu ao poder por meio de um golpe, com apoio das elites civis e militares. Embora buscasse, e tivesse, o apoio popular, obtinha sustentação política de grupos dominantes. Nesse caso, a mídia governamental não era vital para a manutenção da ditadura brasileira.

Controlando os meios de comunicação, particularmente a imprensa e o rádio, os regimes de Vargas e Perón também procuraram submeter a produção cinematográfica ao controle do Estado. Os dirigentes brasileiros, percebendo a importância e o alcance do cinema, e diante da entrada avassaladora dos filmes norte-americanos, instituíram lei obrigando a exibição de certo número anual de fitas nacionais. Não casualmente Vargas foi considerado, na época, "o pai do cinema brasileiro", embora a censura do DIP estivesse sempre alerta. O peronismo seguiu o mesmo modelo. Mas, tanto no Brasil quanto na Argentina, os governos fracassaram ao promover a produção de filmes elogiosos ao regime ou com mensagens didaticamente orientadas pela ideologia estatal. Quando adentraram nessa arena, o resultado foi um rotundo fracasso de bilheteria. O público, portanto, gostava de cinema, mas não se deixava iludir por enredos políticos artificiais de exaltação ao governo. Seja como for, em outras dimensões da cultura e da arte, como a música e a arquitetura, Vargas e Perón obtiveram o apoio e o reconhecimento de artistas, sobretudo pelas leis que regulamentaram o exercício da profissão e as políticas públicas de fomento nesse campo. Dos que resistiram abertamente, a censura e o ostracismo deram conta.

Cartilhas e textos de propaganda, cuidadosamente redigidos, procuravam estabelecer a noção de cidadania para os trabalhadores nos dois regimes: "todo o trabalho é útil. [...] porque se trabalha para o bem geral. Só não são úteis à Pátria os ociosos, os derrotistas e os boateiros. Estes são inimigos da Pátria", dizia uma publicação intitulada *O Brasil é bom.* Ao eleger os trabalhadores como interlocutores privilegiados, valorizando-os socialmente e reconhecendo-os politicamente, o Estado varguista declarava que eles, por viverem honestamente de seu trabalho e se organizarem em seus sindicatos, eram dignos do direito de cidadania, enquanto os malandros e os comunistas, em particular, ficariam à margem das garantias sociais e da própria sociedade.

Na Argentina, a propaganda política, por sua vez, pouco se referia aos sindicatos, mas insistia na justiça implementada pelo regime e lembrava a situação de abandono social dos assalariados antes da subida de Perón ao poder. Para Maria Helena Capelato, o sucesso das mensagens não deve ser explicado exclusivamente pela manipulação ou pelos mecanismos de controle social exercidos pelo Estado. A eficácia dos discursos dominantes dependeu da capacidade de associar-se com as próprias experiências e perspectivas vividas e partilhadas pelos trabalhadores. Muito mais interlocução e não tanto manipulação, eis a interpretação da autora, a meu ver correta.

Diversos outros temas são explorados no livro, como o engajamento dos intelectuais, a literatura como instrumento de propaganda, a resistência

universitária, as imagens de uma "nova democracia", a educação escolar, a relação entre líder e massa, os mitos de salvação e redenção nos dois regimes, entre diversos outros. Em todas as temáticas, compreendemos, pela mão segura da autora, as complexas relações entre Estado e sociedade/classe trabalhadora nos dois casos pelo prisma comparativo da mídia política estatal.

Contudo, algumas interpretações dos fenômenos varguista e peronista merecem observações críticas: inicialmente, a conclusão de que o peronismo elegeu como carro-chefe a "justiça social", enquanto o varguismo centrou-se no desenvolvimento econômico. Afirmação passível de discussão, pois, em ambos os casos, embora com ritmos e proporções diferenciados, os regimes ressaltaram, entre suas maiores obras, tanto a justiça quanto o desenvolvimento.

Outra afirmação da autora, merecedora de debates, é a de que enquanto o peronismo, hoje, é uma força política vigorosa, o varguismo, por sua vez, "é uma lembrança bem construída pela memória oficial, com o auxílio da máquina de propaganda dos partidos trabalhistas". No caso argentino, não há como discordar. O atual peronismo, ou o seu arremedo, alcançou dois mandatos presidenciais com Carlos Menem. No caso brasileiro, entretanto, há o que argumentar. Em pesquisa recente, Getúlio Vargas foi escolhido como "o melhor presidente" que o país já teve, enquanto Fernando Henrique Cardoso eleito como "o pior". E a pesquisa ocorreu na conjuntura política em que o atual governo estabeleceu o "fim da Era Vargas". Vargas é uma lembrança na memória popular e não, apenas, algo alimentado pela mídia oficial, auxiliada por determinadas agremiações políticas. Nossos atuais partidos trabalhistas (PTB e PDT) têm pouca inserção na sociedade, com uma máquina de propaganda muito modesta – para não dizer pífia. É verdade, como defende a autora, que o trabalhismo brasileiro, hoje, não apresenta o mesmo poderio ideológico, institucionalizado em um partido político de massas, como nossos vizinhos argentinos. No entanto, como ***tradição*** presente na cultura política popular, o trabalhismo ainda se apresenta com grande vigor, sobretudo nas imagens, muito presentes, que aludem à soberania nacional, à manutenção das leis sociais, à reforma agrária, ao clamor por educação e saúde públicas e de qualidade, à necessidade de um projeto de desenvolvimento industrial, à garantia e ampliação da cidadania social dos trabalhadores, à defesa de empresas estatais em setores estratégicos, ao fortalecimento do setor público diante das investidas dos grandes grupos privados, entre outras demandas econômicas, políticas e sociais. Tais imagens, aliás, foram apropriadas e reescritas em programas e plataformas político-partidárias das nossas esquerdas e dos sindicalistas neste final de século, incluindo, em particular, o Partido dos Trabalhadores.

Seja como for, *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo* é um livro que se tornará obrigatório na bibliografia especializada. Trata-se, a meu ver, de um grande esforço, pleno de sucesso, que nos ajuda a compreender um pouco mais esta enigmática *Nuestra America* (que inclui o Brasil, é sempre bom lembrar) nos tempos atuais, plenos de cólera, tragédia e neoliberalismo.